

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE SETEMBRO**

ATA Nº 4/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 4/2016**

1. Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Vendas Novas, teve lugar a Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 03 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Josefa U. Ramalho de Oliveira (1.ª Secretária), Hugo Miguel Seródio Mendes (2.º Secretário), Ricardo João Dias Mateus, Cátia Alexandra de Sousa Silva, Valentino Salgado Cunha, Helena Luísa Campos L. Candeias, Rui Manuel Sobral, Paulo Jorge Piteira Campino, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Filipe Godinho Barradas, Ana Sofia Gaspar Azenha, José Manuel Batista Leitão, João Manuel Ninhos de Sá, Orlando António Neves Dias, Ana Teresa Pires Caetano, José Manuel Fernandes, Maria do Carmo Serrudo Mareco Marques, Renato Manuel Neves Ropio, (CDU); Pedro José Barbas Martins, Luís Filipe Laranjo Matias (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros e o Vereador Joaquim Manuel Marques Soeiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e deu início ao período antes da ordem do dia, colocando à apreciação o **Projeto de Ata n.º 3/2016**, referente à sessão realizada no dia 24 de junho de 2016.
6. Não havendo intervenções, foi o mesmo colocado de imediato à votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, com 16 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Ricardo Mateus, Valentino Cunha, Helena Candeias, Sofia Azenha, José Leitão, Maria do Carmo Marques e Renato Ropio), o **Projeto de Ata n.º 3/2016**, referente à sessão realizada no dia 24 de junho de 2016.
7. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada do PS, o **Voto de Louvor “Vendas Novas mais um ano de independência e desenvolvimento”**. (Anexo 10/16)
8. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o Voto de Louvor apresentado pela Bancada do PS.
9. Foi **aprovado**, por **unanimidade**, o **Voto de Louvor “Vendas Novas mais um ano de independência e desenvolvimento”**. (Anexo 10/16)
10. O **Membro Pedro Barbas** saúda todos os presentes e informa que a Bancada do PSD está contra o modo como foi publicada a moção apresentada pela CDU na anterior Assembleia, pois considera que o modo de divulgação da mesma não foi feito corretamente, porque não reflete claramente o sentido do voto, ou seja, em primeiro lugar, concorda que as moções devem ser divulgadas a uma só voz, pois uma vez que está dentro de uma Assembleia, não interessa o Partido, mas o que acontece é que não consta quem é que votou, mas constam os votos expressos no final da moção.
11. Afirma ainda que para quem lê, está em crer que o próprio PSD estaria contra o conteúdo da moção, referindo que em certa parte estava, mas como não está descrita a declaração de voto, não é perceptível ao leitor a real situação, considerando que como não é divulgada a declaração de voto, quando uma moção é divulgada, apenas deveria referir se era aprovada por maioria ou unanimidade.
-Em segundo lugar, apela à Mesa e às restantes Bancadas, para que não hajam dúvidas sobre o que é lido,



12. Em segundo lugar, apela à Mesa e às restantes Bancadas, para que não hajam dúvidas sobre o que é lido, considerando que seria de bom-tom, que fosse entregue, no início de cada apresentação, uma cópia dos documentos apresentados, para que possa ser feita uma comparação entre a dicção e a redação.

13. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que a distribuição das moções é da responsabilidade da Bancada que as apresenta.

14. Relativamente à publicação das moções, informa que não se poderá colocar apenas que é por maioria ou por unanimidade e não se colocam as declarações de voto, sendo que quando as moções são lidas a pessoa que a lê refere se a mesma é para publicação.

15. O **Membro Luís Matias**, saúda todos os presentes e afirma que na situação em causa, uma coisa que também lhe ocorreu é que na leitura da moção apresentada na última Assembleia, não foi dito que seria para publicação e a Bancada do PSD não percebeu que a dita moção iria ser publicada, pelo que ficaram surpreendidos com a referida publicação no jornal e o que pretendem salvaguardar é que, se a moção vier com a votação expressa, não terão qualquer problema pois a votação estará salvaguardada com a respetiva declaração de voto, mas afirma que, quem lê o jornal pode não perceber os motivos pelo qual a Bancada do PSD votou contra a moção.

16. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que realmente não se lembra se efetivamente foi lido ou não que seria para publicação.

ASSUNTO:

17. No entanto, as moções só são publicadas se tiverem escrito que deve ser feita a sua publicação, caso contrário não são publicadas.

18. O **Membro Pedro Barbas** afirma que é exatamente esse o problema, pois torna-se ridículo se os membros tiverem de andar a pedir as gravações.

19. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que o que pode fazer é pedir que leiam sempre que esteja escrito que é para ser publicado, afirmando que a moção apresentada anteriormente não tem escrito que é para ser publicada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO 1.º SEMESTRE DE 2016 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

20. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que este faça a respetiva introdução.

21. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias**, saúda todos os presentes e pede autorização para fazer a introdução do 1.º e 2.º pontos, uma vez que ambos abordam aquela que foi a evolução económico-financeira do Município de Vendas Novas no último semestre, embora um seja um documento técnico interno da Câmara Municipal, elaborado pela Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal e já aprovado em reunião da Câmara Municipal e o segundo relatório seja de uma entidade externa que fiscaliza as contas da Câmara Municipal e no fundo, garante que tudo está a ser cumprido de acordo com a legislação, não carecendo de aprovação, sendo apenas para conhecimento dos órgãos.

22. Informa que, basicamente, os documentos dizem que a Câmara Municipal está a ultrapassar as metas definidas aquando da aprovação, pelo Tribunal de Contas, do seu Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente quanto à execução da receita que ultrapassa os 85%, quanto à regra do equilíbrio orçamental, que também está a ser cumprida, tal como a regra dos fundos disponíveis que, nos 3 anos, nunca foi violada.



Município de
Vendas Novas

Av. da República
7080 - 099 Vendas Novas - Portugal
Tel: + 351 265 892 153
Fax: + 351 265 892 153
e-mail: geral@cm-vendasnovas.pt
www.cm-vendasnovas.pt

23. Refere um alerta que é feito, quer pelos serviços internos, quer pela Revisora Oficial de Contas, de que há necessidade de se proceder a uma regularização do património da Câmara Municipal, de que já se falou por diversas vezes na Assembleia Municipal, mas a verdade é que uma parte significativa do património da Câmara Municipal não se encontra registado, não existindo registos finais dos edifícios, designadamente, as escolas, o pavilhão gimnodesportivo, as piscinas, o estádio municipal, havendo uma série deles que estão ainda por registar, mas pensa que até ao final deste ano civil se consiga já registar uma boa parte dos edifícios no património da Câmara Municipal, pois essa situação já deveria ter sido regularizada.

24. No que diz respeito aos indicadores de gestão, informa que todos os anos estão a progredir positivamente, quer a solvabilidade, quer a autonomia, quer a liquidez, sendo um sinal positivo em termos de gestão para o executivo que todos os dias tem de fazer atos de gestão.
25. Conclui-se que a Câmara está mais saudável financeiramente, afirmando que esse é um dos indicadores que destaca no relatório.
26. Em relação à capacidade de endividamento do Município, informa a mesma que tem vindo a aumentar desde 2014, sendo, neste momento, de cerca de 7 milhões de euros, quando no final do ano passado era de quase 6 milhões, ou seja, é quase mais um milhão em apenas 6 meses, o que significa que estão a ser reduzidas as dívidas.
27. O prazo médio de pagamentos é um indicador também importante, sendo uma norma que não foi cumprida durante alguns anos e ultrapassava o prazo médio legal.
28. No final de 2013 era de mais de 365 dias e neste momento é de 43 dias, segundo o critério da DGAL, sendo que o prazo de pagamento médio corrente não ultrapassa os 30 dias.
29. Em relação a todos estes indicadores, afirma que é uma nota positiva para a gestão do executivo municipal de maioria PS/PSD.
30. O **Membro José Leitão** refere que, na página 9, quando se diz que "...desenvolveram-se alguns trabalhos tendentes a tornar este setor mais eficiente, destacando-se: a renovação do parque de contadores, por contadores mais eficientes, ", afirma que parece que os contadores atuais não são eficientes ou então os que vêm são mais eficientes e vão contar mais água do que aquela que as pessoas consomem.
31. No que diz respeito aos seguros, refere que consta que "Durante o primeiro semestre foi lançado um procedimento concursal tendo em vista a centralização de todos os seguros do Município, estando previsto para o segundo semestre o lançamento de um concurso público internacional para este pacote de seguros.", afirmando que percebeu apenas porque foi de imediato à base e viu que o concurso foi feito para sete meses, mas quem ler isto fica sem perceber porque é que se faz um concurso e logo a seguir, no mesmo ano, se vai fazer um segundo concurso.
32. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que a eficiência dos equipamentos não se mede dessa forma, referindo que de facto os contadores que existiam eram de leitura anatómica, ou seja, contavam apenas a água que passava e esses contadores têm uma peça dentro que se vai desgastando com o tempo, que se chama borboleta.
33. Este novo equipamento irá resolver o problema, mas mais do que isso, permite fazer uma leitura automática dos consumos de água, pois não se pretende contar mais água do que as pessoas consomem, mas sim regularizar situações e fazer uma contagem eficiente da água, sendo que estes equipamentos reduzem as despesas com a contagem da água.
34. Relativamente à questão dos seguros, informa o Membro José Leitão que foi efetivamente isso que se tratou, foi um concurso público que permitiu reduzir de forma muito significativa uma despesa grande que o Município tinha na área das seguradoras e concentrando tudo num único pacote de serviço, conseguiu um ganho que não conseguia obter quando contratava à peça.
35. Quando a contratação é feita à peça, o valor é sempre mais alto, pelo que o concurso foi feito por sete meses, até ao final do ano civil, e em janeiro será feito um novo concurso.
36. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU), **aprovar o Relatório de Acompanhamento do 1.º semestre de 2016 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**

2.º Ponto – RELATÓRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO DO 1º SEMESTRE 2016

37. Tendo em conta que o Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do 2.º Ponto em conjunto com o 1.º Ponto, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto.

38. O **Membro José Leitão** afirma que em algumas análises são utilizados dados a partir de 2012, noutras só faz a análise a partir de dados de 2014, não havendo uma homogeneidade em termos da análise que é feita.
39. Em segundo lugar, refere que a Bancada da CDU não deixa passar em branco que o Plano Plurianual de Investimentos apresente valores que são muito inferiores ao que seria razoável e ao que consideram que seria a sua política neste momento.
40. Refere que o 2.º ponto diz que “Quanto ao PPI o mesmo apresenta um grau de execução anual de 9,55 % e global de 0,98 %” e isso vale o que vale, sendo evidente que esta situação também se deve à separação do fundo de equilíbrio financeiro em atribuir verbas residuais para capital, o que revela, efetivamente uma intenção de não investir.
41. Além do mais, informa que foi ao anuário financeiro dos Municípios, de 2014, e verificou que Vendas Novas de 2013 para 2014 reduziu qualquer coisa como 38 % do seu investimento.
42. Nota também que, no que diz respeito às existências, há uma perda substancial das mesmas, o que leva a crer que se esteja perante um desinvestimento, que tem consequências na gestão do dinheiro público.
43. Na receita apresentada no documento verifica-se um aumento de 300.000 euros do IMI, em relação a 2012, para quem dizia que se deveria reduzir o referido imposto aos munícipes, sendo que apesar do cadastro ter sido alterado, poderia-se ter reduzido a taxa do IMI apresentada na Assembleia Municipal, de forma a manter os valores equivalentes aos que se pagavam em 2012, mas tal não foi feito.
44. Por fim, no que diz respeito à dívida da Câmara Municipal, afirma que se continua numa estratégia manipuladora por parte da empresa Rosário, Graça & Associados, ou seja, continua-se a colocar inicialmente a dívida do Parque Industrial que depois desaparece por “obra e graça do Espírito Santo”, dizendo-se que se reduziu a dívida em mais de 3 milhões, quando não se reduziu a dívida de forma alguma nesse valor e sim em cerca de um milhão e 400 mil euros, se for retirada a tal dívida imaginária do Parque Industrial porque não era dívida da Câmara Municipal.
45. Afirma que a razão da sua intervenção é não deixar passar em branco e deixar registado em Ata, que a CDU não se revê no documento apresentado.
46. O **Presidente da Câmara Municipal** aconselha os Membros da Bancada da CDU a falarem com os Vereadores que os representam na Câmara Municipal, uma vez que as questões agora colocadas foram todas respondidas na Câmara Municipal.
47. Em relação à metodologia do presente relatório, que é externo, afirma que o executivo sabe que no passado a CDU fazia isso, que se imiscuia no trabalho externo de fiscalização para obter os resultados que queria, mas o atual executivo não o faz e a empresa segue a metodologia que entender, de acordo com os normativos legais.
48. Relativamente ao PPI e aos valores baixos de execução, recorda apenas que a avaliação que está a ser feita é apenas até junho, considerando que teria sido importante a CDU comparar essa evolução aos longo dos últimos anos mas também comparar os últimos anos da gestão CDU no primeiro semestre.
49. Afirma que o executivo PS/PSD não está a desinvestir e não ficarão desapontados, pois no final do ano isso poderá ser constatado, devendo a execução rondar os 60 %, que é a média dos últimos anos de investimentos da Câmara Municipal.
50. Em relação às verbas do FEF, informa que estão divididas de acordo com o limite, que foi o que a Câmara Municipal sempre fez, pelo que não entende a estranheza.
51. No que diz respeito às existências em armazém, informa que os primeiros relatórios que vieram à Câmara Municipal referiam um grande problema da Câmara Municipal, que era o facto de ter em armazém equipamentos e matérias-primas, completamente obsoletos e sem valor real apurado, ou seja, que se desvalorizaram no tempo e que foi dinheiro perdido.
52. Relativamente à receita, sobre o IMI, o Membro José Leitão acabou por dizer que houve uma atualização patrimonial das Finanças que fez disparar o referido imposto e, de facto, a Câmara Municipal baixou o IMI para

as famílias, afirmando que a CDU é agora uma grande defensora da baixa de impostos, mas enquanto esteve no poder nunca os baixou.

53. Em relação à água, informa que se está a falar do primeiro semestre de 2016, em comparação com o primeiro semestre de 2015, referindo que a alteração tarifária obrigada pela ERSAR, só entrou em vigor a partir do mês de junho, sendo óbvio que se for comparado o primeiro semestre de 2015, com o primeiro semestre de 2016, em que só um mês do ano passado é que esteve com o novo tarifário em vigor e este ano tem todo o semestre, dá um grande aumento, afirmando que apenas no final do ano se poderá apurar o valor real.
54. Relativamente à dívida, afirma que esta questão já foi falada inúmeras vezes, e já disse que, segundo a Lei, a Câmara Municipal tinha um compromisso com a Sociedade do Parque Industrial, e tinha 49 % da sua quota, e essa dívida não desapareceu por milagre.
55. Foi preciso trabalhar muito para resolver esse problema, e a insolvência da Sociedade do Parque foi a única forma de o fazer.
56. Sobre a questão do armazém passa a palavra ao Vereador Joaquim Soeiro, para que explique o que está a ser feito.
57. O **Vereador Joaquim Soeiro** saúda todos os presentes e refere que os tempos que hoje correm, exigem uma gestão autárquica mais eficiente que deve assentar numa gestão, tal e qual como se fosse uma empresa privada, ou seja, o ideal era o stock ser zero e se, por exemplo, se necessitasse de determinado material para o dia seguinte, seria encomendado no dia anterior e isso faria baixar o que existe em inventário, afirmando que isso traz uma consequência direta boa e uma consequência indireta melhor ainda, pois muitas vezes deixa-se de ter material obsoleto em armazém.
58. Relativamente ao que foi dito, que este executivo não está a fazer investimento, afirma que só quem é cego é que não vê, pois se o Membro José Leitão tem hoje a coragem de dizer isso sobre este executivo, o que é que poderia dizer sobre o anterior executivo da CDU, perguntando o que é que fez, onde gastou o dinheiro e a quem ficou a dever, afirmando que o atual executivo anda a pagar dívidas do passado, de “porcas e parafusos”, referindo que certamente para o ano a população de Vendas Novas irá reconhecer o que este executivo fez e se assim o entender e, como estamos em democracia, voltar a dar a gestão da Câmara Municipal a quem investiu nos últimos anos, em Vendas Novas.
59. Garante que, na parte que toca ao PSD no atual executivo, tudo será feito para que seja cumprido aquilo que foi prometido antes, que é reduzir a dívida, maior eficiência de todos os serviços municipais, limpar lixo que durante anos foi acumulado no estaleiro municipal, coisas que foram compradas que não servem para nada, adiantando que irá ser feito um leilão de tudo o que é sucata, que são coisas que já não têm utilidade e que pesam no orçamento.
60. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que o Vereador Joaquim Soeiro disse que só não via quem não queria ver, no entanto, acrescenta que até um cego que passe na Estrada da Afeiteira consegue sentir o investimento.
61. O **Membro Valentino Cunha** afirma que a Bancada do PS não consegue entender como é que a CDU pode vir aqui falar de execuções, seja do que for, a nível orçamental, porque ainda se lembram dos orçamentos grandiosos de milhões e depois as execuções muito parcas desses mesmos orçamentos.
62. Relembra que o relatório agora apresentado, incide apenas sobre dados semestrais, até junho, daí que a execução anual do PPI, do PAM ou até do Orçamento e dos impostos, dos quais se irá falar a seguir, não refletem a realidade, pois medir a tensão a meio do exercício não é propriamente aquilo que deverá ser feito, afirmando que o próprio relatório alerta para esse facto, mas, se se falar de investimento, devemos lembrar que o investimento não são apenas aquelas grandes obras de betão para depois ficarem vazias durante anos, como todos se lembram e passam por elas todos os dias.
63. O investimento também é, por exemplo, compartilhar medicamentos para os idosos e manuais escolares para as crianças do 1.º ciclo e esses investimentos possivelmente trazem mais à vida de cada um de nós e à vida das

peças que vivem no nosso Concelho, do que ter um Mercado Municipal, que durante muitos anos não foi mais do que um sítio para ninguém estar e para ninguém visitar.

64. Portanto, esta redução desses investimentos megalómanos, possivelmente também ajudou a que o percurso de aumento exponencial da dívida do Município, não tivesse prosseguido durante a atual gestão camarária, afirmando que aqui a CDU acaba por fazer um elogio disfarçado à gestão do Município, ao alertar que a dívida não se reduziu em 5 milhões e sim em 1 milhão e 400 mil euros, tratando-se de uma espécie de parabéns encapotado.
65. Relativamente ao IMI, refere que foi bem lembrado pela própria “queixosa” na presente Assembleia Municipal, que houve uma grande reavaliação geral de imóveis, que começou no ano de 2012 e se prolongou pelos anos seguintes, nomeadamente até 2014, mas também nos esquecemos que o IMI pode ser pago em 3 prestações e basta que o valor patrimonial desça abaixo de determinado nível para que a própria prestação passe para apenas abril, recordando ainda que já foram previstas alterações de IMI que podem reduzir potencialmente a receita do Município, lembrando-se das isenções de IMI para famílias com baixos rendimentos e estas também podem vir a reduzir o potencial de receita de IMI, mas se formos ainda mais atrás lembramo-nos que realmente houve um ano em que a CDU reduziu o IMI e foi um ano antes das autárquicas, para no ano das eleições voltar a subir, afirmando que possivelmente isto diz qual é a política dos impostos que a CDU pretende seguir neste Concelho.
66. O **Membro José Filipe Barradas** saúda todos os presentes e afirma que estava a ouvir os argumentos da Câmara Municipal e, desta vez, nem lhe deu vontade de rir, pois quem ouvisse e nunca tivesse votado em Vendas Novas e chegasse agora, diria que a CDU esteve na Câmara Municipal durante 30 anos e não tinha feito nada e o atual executivo que está na Câmara Municipal há 3 anos, fez uma enorme quantidade de coisas, considerando que cada um deve assumir a responsabilidade daquilo que fez e do que não fez.
67. Afirma que, quando a atual maioria na Câmara Municipal intervém numa Assembleia Municipal e depois do que ouviu, admira-se como é que há pessoas com determinadas responsabilidades que conseguem dizer tanta barbaridade, considerando que é uma vergonha que se venha para uma Assembleia tentar dizer que a CDU não fez nada nos anos que esteve na Câmara, quando é o contrário, o atual executivo é que não tem feito quase nada e a CDU fez quase tudo o que está feito em Vendas Novas, podendo agora vir com argumento que havia mais dinheiro nessa altura, o que é verdade, mas havia e fez-se.
68. Afirma que não há ninguém que possa dizer que a biblioteca, o jardim, as piscinas, o pavilhão e outras grandes obras foram todas feitas no tempo da CDU, perguntando qual foi a obra grande que foi feita pelo atual executivo, sem ser o argumento que têm e que entendem que é de peso que é a Estrada da Afeiteira, mas quantas obras idênticas foram feitas no mandato da CDU, mas como o atual executivo colocou um tapete na Estrada da Afeiteira, que na sua opinião a obra poderia estar melhor, daqui a 20 anos ainda estarão a falar na mesma obra.
69. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, relativamente à interpelação direta ao executivo, como membro do mesmo não pode deixar de responder a esta questão.
70. Em primeiro lugar, porque talvez não se oiça bem, mas o que foi dito foi que nos últimos anos da CDU não se fez nada, perguntando se alguém contesta que nos últimos 8 anos de gestão CDU não se fez nada, ou melhor fez-se muito, endividar o Município, afirmando que reduzir a dívida deixada pelo executivo da CDU, foi o primeiro grande trabalho do atual executivo.
71. Reduzir a dívida e pôr os fornecedores com os seus pagamentos em dia e essa pode não ser uma obra visível para as pessoas, mas é uma obra estrutural para o futuro do Concelho, que o executivo está a construir a par e passo e certamente os grandes investimentos não ficarão pela Estrada da Afeiteira.
72. Relativamente à Estrada da Afeiteira, o Membro José Filipe disse que poderia ser melhor, afirmando que o referido Membro foi Presidente da Câmara e Vereador, poderia ter feito essa obra nessa altura.
73. O **Vereador Joaquim Soeiro** evoca a defesa da honra, informando o Membro José Filipe Barradas que a ata irá ser transcrita e que da sua boca nunca ouviu aquilo de que o acusou, pois a acusação foi para o executivo do qual faz parte com muita honra, afirmando que o que disse foi que nos últimos anos da governação da CDU,

podendo o referido Membro ficar descansado pois não estava a referir-se ao tempo em que foi Presidente de Câmara, porque se quisesse fazer alguma acusação enquanto o Membro José Filipe foi Presidente de Câmara tê-la-ia feito diretamente.

74. É óbvio que em 37 anos de gestão CDU, era melhor que tivesse sido tudo mal feito, afirma que acusa diretamente a CDU do que não fez nos últimos anos e poderia ter feito, porque o que foi feito nos últimos anos foi endividar o Município, sendo que o atual executivo andou a pagar refeições que não mandou fazer e com 2 anos de atraso.
75. Informa o Membro José Filipe que hoje em dia gerir uma autarquia não é fazer obras doidas, hoje em dia uma autarquia tem de ser gerida para as pessoas, afirmando que o referido Membro não fez referência ao que o atual executivo fez no parque escolar, nos refeitórios, nos manuais escolares, nos medicamentos para os idosos e o executivo CDU também teve oportunidade de o fazer e não fez.
76. Refere que o Membro José Filipe também não gosta que coloquem na sua boca palavras que não disse, afirmando que também não gostou que o referido Membro estivesse a acusar o executivo e estando a acusar o executivo está a acusá-lo a si, de dizer que a CDU não fez nada de bom.
77. Reafirma que nos últimos anos de governo de CDU à frente dos destinos de Vendas Novas, não foi feito nada, tendo-se limitado a endividar brutaemente a Câmara Municipal de Vendas Novas.
78. Em relação à Estrada da Afeiteira, afirma que obviamente podia estar melhor e irá estar melhor, pois ainda não está concluída porque é para ir até ao final da Afeiteira, mas foi feito até onde foi possível tendo em conta a verba que existia e a CDU enquanto teve dinheiro andou a gastar em coisas que hoje são de duvidosa utilização, como a ciclovia e o parque de feiras e exposições, que tem de ser o atual executivo que tem de andar a emendar o projeto que era um disparate.
79. No entanto, refere que a CDU também fez muitas coisas boas em Vendas Novas, como por exemplo, o espaço onde se encontram, não comentando em quanto ficou o mesmo nem como correu a obra, pois o que fica para a história é que a obra está feita.
80. O **Membro Luís Matias** refere que, ao contrário do Vereador Joaquim Soeiro que diz que em 37 anos a CDU não fez tudo mal, o que pergunta é que tiveram 37 anos, se não tivessem feito nada é que seria muito esquisito, afirmando que dizer que o atual executivo não fez nada é estar a acusar os dois partidos locais PS e PSD de não fazer nada, quando isso não é verdade, dando vários exemplos como: “Dar voz à Juventude”, com a criação do Conselho Municipal de Juventude, perguntando há quantos anos e quantos mandatos andava a CDU a renegar isso aos jovens, bem como a redução da dívida, sendo estes exemplos das obras deixadas pelo atual executivo e todos os vendasnovences sabem que este executivo deixa obra, não deixa é betão.
81. Relativamente aos comentários à sua intervenção, o **Membro José Filipe Barradas** afirma que da próxima vez se devem explicar melhor.
82. Em relação à intervenção do Vereador Joaquim Soeiro em que referiu o que foi feito nas escolas, pergunta se a CDU não fez nada nas escolas, afirmando que todos fazem, pudera que qualquer executivo, incluindo o atual, esteja numa Câmara e não faça nada, tem sempre de fazer alguma coisa, uns fazem mais e outros menos, uns têm uma opção e outros têm outra, mas todos os executivos normalmente atuam na intenção de fazer o melhor para as populações.
83. No entanto, o que é entendido para uns ser o melhor, não o é para outros, porque não somos todos iguais e não pensamos todos da mesma forma.
84. Para além disso, há que saber diferenciar as coisas, pois há 20 anos existiam umas necessidades e agora existem outras, e foi dito que antes foi só betão, no entanto, pergunta que se a CDU não tivesse construído este auditório onde se estaria a realizar a presente sessão, afirmando que é preciso fazer obras de betão, agora já não pois nesta altura já estão feitas e haverá outras que serão necessárias fazer, havendo prioridades que se têm de assumir.

85. O **Membro Valentino Cunha** agradece ao Membro José Filipe por o teu ajudado no seu argumento pois se o investimento reduziu foi porque deixou de ser necessário e passaram a ser necessários outros, tendo ajudado a combater o argumento da CDU e por isso agradece.
86. O **Membro Luís Matias** afirma que uns executivos tiveram dinheiro e outros executivos tiveram dívidas atrasadas para gerir.
87. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto – PROJETO DE LICENCIAMENTO DE QUARTEL DE BOMBEIROS DE VENDAS NOVAS

88. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
89. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que aquando da aprovação em reunião da Câmara Municipal do projeto base de arquitetura do Quartel de Bombeiros, foi também solicitado pela direção dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, a isenção das taxas dos procedimentos administrativos, afirmando que faz todo o sentido, tendo em conta o equipamento em causa, pelo que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção, ainda com os valores estimados.
90. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 3.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a isenção das taxas administrativas e urbanísticas conforme solicitado, incluindo a devolução das taxas já pagas no valor de 158,54 €.**
91. **Não participaram na presente discussão e votação os Membros Paula Valentim, Vítor Serrano e Luís Matias, tendo-se ausentado previamente da sala, de harmonia com o disposto no n.º 6 do art.º 90 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de Janeiro por se considerarem impedidos.**

4.º Ponto - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS, REPORTADO AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

92. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
93. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que irá apresenta o 4.º e 5.º pontos, que são apenas para conhecimento, surgindo no cumprimento da legislação, destacando que foi pedido um parecer jurídico para perceber se era ou não obrigatório o relatório de acompanhamento, uma vez que a legislação frisa um ponto, mas não vincula, ou seja, diz que é para apreciação.
94. Depois de ser esclarecido que este relatório devia ser elaborado semestralmente e anualmente, informa que foi solicitado às duas Juntas de Freguesia que o fizessem, sendo que este é apenas o semestral, tratando-se de um relatório sucinto que serve apenas para verificar se está a ser cumprido o que foi aprovado e assinado pelos órgãos autárquicos e em janeiro virá a esta Assembleia o relatório final.
95. O **Membro José Leitão** refere que o Presidente teve dúvidas sobre o relatório e a Bancada da CDU também as teve, pois contava que o mesmo fosse da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia, o que considerava que fazia todo o sentido porque se a Assembleia Municipal tem alguma relação é com a Câmara Municipal.
96. No entanto, afirma que tem alguns aspetos a apontar.
97. No relatório apresentado pela Junta de Freguesia diz-se que de um ponto de vista operacional, no que se refere ao pessoal, a Junta de Freguesia passou a contar com mais 4 assistentes operacionais e no protocolo fala-se em 5.
98. Refere que a seguir, consta que “foram contratados mais quatro indivíduos em Contratos de Emprego Inserção/Inserção +.

99. De referir que a Junta de Freguesia já dispunha anteriormente de dois indivíduos em Contratos de Emprego Inserção +.", ou seja, fomenta-se aqui o trabalho precário, substituí-se empregos e postos de trabalho efetivos por trabalhadores em situação precária, o que não considera correto.
100. Por fim, afirma que no mesmo relatório fala-se que "os equipamentos, numa fase inicial, foram entregues pelo Município sem estarem nas condições ideais", lembrando-se da varredora, que segundo tem conhecimento continua com graves problemas e que é uma coisa pesada na sua operacionalidade.
101. Refere ainda que, no presente relatório não se fala sobre o cemitério das Piçarras e que no protocolo há um compromisso sobre o mesmo.
102. É também referido no protocolo o apoio e o trabalho conjunto em relação a eventos e atividades e isso também não consta do relatório, pelo que considera que o mesmo é minimalista tendo em conta que faltam algumas coisas.
103. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que se trata de um relatório também da Câmara e não só das Juntas.
104. Havendo uma relação transversal da Assembleia Municipal, não há duplas responsabilidades, a Câmara Municipal é obrigada a tutelar as competências que passa para as Juntas e de alguma forma a garantir que elas são cumpridas e é para isso que estes relatórios servem e este é, como já referiu, o relatório semestral, sendo que o relatório anual será muito mais aprofundado.
105. Relativamente aos trabalhadores precários, refere que parecia que o Membro José Leitão estava numa palestra do sindicato e não é essa a sua missão nesta Assembleia.
106. A defesa dos nossos ideais não pode passar por defender os trabalhadores sem pensar neles e esquecem-se um pouco as pessoas quando se fala nos contratos inserção.
107. Esquece-se que são desempregados, que recebem mais 20 % do que o seu subsídio de desemprego e mais o subsídio de refeição e muitas vezes esse dinheiro é determinante para pagar as contas em casa e algumas vezes existem duas pessoas do mesmo agregado nessa situação.
108. Informa que dos Contratos Emprego e Inserção da Câmara Municipal, felizmente muita gente já conseguiu emprego, alguns deles depois de estarem na Câmara ao fim de uma semana, porque se encontravam a trabalhar nas ruas e eram vistos, afirmando que isso para si, enquanto Presidente de Câmara, é um grande indicador, sendo esse o trabalho que lhe compete, enquanto instituições públicas, fazer pelas pessoas que é trazê-las para se valorizarem, às vezes fazer trabalhos que não sabiam fazer, para se motivarem e não estarem em casa fechados, pois é muito desagradável e fala por experiência própria.
109. Em relação aos equipamentos e à varredora, refere que o Membro José Leitão tem muita razão.
110. O atual executivo herdou dívidas da CDU dos últimos anos de Mandato e herdou também um parque de máquinas completamente obsoleto, muito velho e no qual se gasta muito em manutenção e foi isso que o executivo percebeu e começou já a renová-lo.
111. Informa que não se comprava uma viatura para a Câmara Municipal há 8 anos, à exceção do carro da Presidência, que foi o último carro comprado pela Câmara Municipal, que certamente não era o carro mais importante para comprar para servir os munícipes.
112. Em relação à varredora, informa que os protocolos e acordos de delegação de competências são acompanhados de maneira financeira e no caso da varredora, o que foi feito foi uma estimativa com o centro de custos da referida máquina, de quanto se tinha gasto, nos últimos anos, na sua manutenção ao longo dos meses e portanto, transitou para o protocolo da Junta de Freguesia, a verba média dos últimos anos do custo com aquela viatura.
113. Confirma que a referida viatura se encontra avariada, não sabendo sequer se a mesma irá voltar a funcionar, não sabe sequer se o justifica porque de facto ela está muito velha, o que o executivo está a analisar é o que poderá fazer de forma a minimizar a falta dessa viatura, que mesmo velha é mais eficiente do que se andar a varrer a

pé, sendo esse mais um dos problemas que o executivo herdou e que ainda não resolveu, que são cerca de 150.000 euros que o executivo não tem para gastar, mas em conjunto com a Junta de Freguesia, haverá de encontrar uma solução para uma competência que transitou para esta.

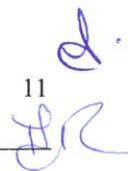
114. Em relação ao cemitério, considera que é uma não questão, pois a Junta de Freguesia sempre teve, por parte da Câmara Municipal, os referidos serviços assegurados, apesar dos cemitérios serem tutelados pelas Juntas, mesmo antes de existirem acordos e protocolos, mas se o Membro José Leitão quiser, poderá arranjar um relatório com esses dados.
115. Relativamente aos eventos e atividades, informa que efetivamente houve parcerias e foram feitos cartazes e essa informação consta dos mesmos, como é o exemplo das marchas populares e a corrida da cidade e podem não vir referidos no presente relatório, pois como disse, trata-se de um relatório intercalar, de semestre, que não tem todo o detalhe de todas as iniciativas e o executivo considerou que no final do ano seria mais ajustado.
116. O **Membro José Leitão** afirma que o Presidente deve estar mal informado, pois nos últimos anos de mandato, a CDU comprou carrinhas de transporte de crianças e o autocarro pequeno.
117. Em relação aos trabalhadores precários e à questão sindical refere que, enquanto dirigente sindical tem uma grande preocupação com estas questões, tal como o Presidente sabe, estima os CEI e sabe que são pessoas que ficaram desempregadas e que descontaram para ter direito ao subsídio de desemprego, ou seja, o Estado não coloca dinheiro na verba que dá a essas pessoas.
118. Percebe que da parte da Junta seja difícil conseguir aumentar o número de trabalhadores em funções e entende que a Junta, para cumprir o que se encontra no acordo protocolar, deveria reivindicar que a Câmara Municipal lhe transferisse mais trabalhadores para não ter de recorrer aos trabalhadores em situação precária.
119. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

5.º Ponto - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA, REPORTADO AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

120. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

6.º Ponto - INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

121. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra novamente ao Presidente da Câmara Municipal para que fizesse a respetiva introdução.
122. **O Presidente da Câmara Municipal** refere que, em comparação com a última Assembleia, que se realizou em junho, se verificou uma redução das dívidas aos fornecedores em cerca de 200 mil euros, tal como se pode verificar na página n.º 5, pois além de algumas faturas que existiam de investimentos que tinham sido feitos, que caíram e que foram pagas depois de julho, que não vieram no relatório e que já contaram para a execução do plano de investimentos do Município, também se pagou uma fatura do acordo de pagamento às Águas do Alentejo, essa também mais uma grande obra do último mandato da CDU, que deixou uma herança de 400 mil euros de faturas que não haviam sido registadas na contabilidade e que consubstancia a maior parte da dívida de curto prazo que a Câmara Municipal tem e, neste momento, se cifra em cerca de 664 mil euros, bem diferente dos 2,5 milhões, que a Câmara Municipal tinha quando o atual executivo chegou à Câmara Municipal, considerando tratar-se de uma grande evolução desta dívida a fornecedores.
123. Informa que não há dívidas a mais de 60 dias, entre 30 e 60 dias a dívida é de 20 mil euros, que certamente serão faturas que estão à espera de documentos para que possam ser pagas, designadamente pessoas que têm de entregar declarações de não dívida às finanças e à Segurança Social e só depois é que podem receber e uma redução de cerca de 200 mil euros na dívida de curto prazo, de 30 dias, que fará certamente reduzir o prazo médio de pagamentos.
124. Em relação às diversas áreas de atividades que o Município desenvolveu nos últimos meses, destaca os investimentos no parque escolar da Escola da Misericórdia e no Jardim de Infância da Afeiteira, com um gasto de



cerca de 120 mil euros, foram distribuídos manuais escolares a cerca de 400 alunos do Concelho e foram promovidas as “Academias de Verão”, pelo segundo ano consecutivo.

125. Na área social destaca o passeio convívio dos reformados, informando que este ano mais de 900 reformados foram levados a passear e a conhecer Sines, avançou-se e iniciou-se com a qualificação de 5 casas da Rua Alexandre Braga, com um investimento de cerca de 120 mil euros, mais um investimento que também foi candidatado a um empréstimo do IHRU, que está à espera da validação do Tribunal de Contas, sendo que as obras estão a decorrer e em breve estarão terminadas e pagas e, se o visto não vier a Câmara Municipal terá dinheiro suficiente para as pagar, o que será o mais importante, porque serão mais 5 casas para 5 famílias que estão em lista de espera para receber a sua habitação.
126. Destaca também o lançamento do projeto “Nascer cá”, uma novidade que a Câmara Municipal promoveu de valorização dos vendasnovences mais pequeninos, que merecem ser louvados, apoiados e incentivados logo desde pequenos, sendo que nesse projeto foram plantadas cerca de 80 árvores, uma por cada criança, com a identificação dos respetivos nomes a quem pertencem, tratando-se de um projeto de parceria com as Juntas de Freguesia e com as farmácias do nosso Concelho.
127. Na área da cultura destaca a programação das “Noites de Verão” que se realizaram no Jardim Público, na Landeira e noutras zonas do nosso Concelho.
128. Na área do desporto, destaca dois eventos especiais, a volta a Portugal em bicicleta, que ao fim de muitos anos voltou ao Alentejo e passou em Vendas Novas, com meta volante junto à zona da Boavista e que foi fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal e as casas de bifanas, que se associaram também a esta iniciativa, sendo que a passagem da meta volante em Vendas Novas que teve um custo total de cerca de 5 mil euros, que permitiu ter dois minutos de tempo de antena em horário nobre na RTP, colocando em destaque aquela zona importante da economia do nosso Concelho, na prova mais importante do ciclismo português.
129. Informa também que na época balnear, as piscinas municipais, que este ano fizeram 27 anos e sofreram uma intervenção de fundo para que fosse possível a sua abertura, registaram mais de 63.000 entradas, tendo o segundo melhor ano de sempre, com menos duas semanas.
130. Quanto a investimentos, informa que neste período ocorreu a aprovação do projeto candidatado a fundos comunitários, da requalificação do antigo mercado, que será um fórum cultural, que foi aprovado com um investimento superior a 600 mil euros, tratando-se de uma obra de fundo, num espaço nobre da cidade que se encontra devoluto e no qual não se precisa de gastar milhões para o fazer, sendo um projeto com “os pés na terra”, com recurso a fundos comunitários, que já foi aprovado, já foi lançado o concurso e que irá permitir construir este novo espaço de cultura no centro de Vendas Novas.
131. Destaca ainda os projetos do orçamento participativo do ano passado, cujos projetos técnicos já se encontram todos feitos, indo-se agora começar com os procedimentos concursais para elaborar e fazer as obras no concreto.
132. Alguns deles já arrancaram, como o projeto relacionado com a atribuição dos medicamentos, o projeto imaterial, em que no dia 3, segunda-feira, serão entregues os cartões aos idosos.
133. Também já se encontra em construção o jardim 1.º de Maio, junto ao antigo estaleiro da Câmara Municipal, já se vai iniciar a obra da qualificação e modernização Junta de Freguesia da Landeira.
134. Assim, faltam as pavimentações, que irão ser feitas de uma só vez para não se estar a lançar dois procedimentos para coisas que são para o mesmo fim, informando que em princípio para cumprir o que manda a Lei, em breve irão ser lançados os concursos e no final do ano estará quase tudo feito, de acordo com o compromisso para com as pessoas que apresentaram os projetos.
135. Informa que se encontra em fase votação o Orçamento Participativo 2016, havendo 5 projetos de tipologia A, de 200 mil euros, 11 projetos de tipologia B, de 10.000 euros, podendo as votações ser feitas via on-line na página da Câmara Municipal, ou presencialmente na Junta de Freguesia da Landeira, no Parque Desportivo, na Biblioteca ou no CAP, na Câmara Municipal.

136. Encerra com o aniversário do nosso Concelho, as Festas do Concelho, afirmando que foram memoráveis e considera que todo o trabalho que deram, rendeu a cada segundo que passou ao longo dos 6 dias, por ver no rosto das pessoas de Vendas Novas o sentimento de pertença, de se sentirem parte de algo importante e terem orgulho de trazer os seus amigos de fora, que juntos encheram a Parada D. Pedro V, foi de facto, para todo o executivo, a melhor forma de sempre de assinalar este aniversário e lembrar a data mais importante da história do Concelho de Vendas Novas e que ficará para sempre na memória dos vendasnovences.
137. Informa que a iniciativa contou com cerca de 20.000 pessoas que estiveram a viver e a sentir Vendas Novas, ao longo dos 6 dias, cujo investimento foi muito semelhante ao dos anos anteriores, cerca de 10/11.000 euros por dia, sendo que uma boa parte foram verbas patrocinadas, não sendo tudo do orçamento municipal e quando se trabalha assim, para as pessoas e para Vendas Novas, só devem sentir-se todos, independentemente das cores, orgulhosos, pois de facto Vendas Novas foi a palavra-chave nestes 6 dias.
138. O **Membro Luís Matias** refere que o Conselho Municipal de Juventude foi um investimento sem custos e muito importante para o Concelho de Vendas Novas, porque já deu origem à aprovação das “Academias de Verão”, que já estão em funcionamento na sua segunda edição, também já há uma proposta para o orçamento participativo de 2016, tendo estas duas propostas o apoio da JSD no Conselho Municipal de Juventude, mas também outras propostas como o MAL, que em parte também foi decidido no Conselho Municipal da Juventude, pelo que por isso é que considera que este órgão é bastante importante e por isso é que ao longo de vários anos, a JSD lutou pela existência do mesmo, tal como o Presidente da Câmara Municipal, quando era Membro desta Assembleia.
139. Pergunta se o Presidente da Câmara Municipal tem alguma expectativa de quando se realiza a próxima reunião, uma vez que tem carácter semestral e a última sessão se realizou em abril, porque para o PSD e para a JSD este órgão é muito importante e consideram que este conselho deveria reunir-se frequentemente e ter reuniões certas, para que o mesmo seja proactivo e funcione melhor.
140. Congratula a Câmara Municipal por esta ter aceite a proposta do Conselho Municipal da Juventude para integrar o Orçamento Participativo deste ano, na área da tipologia B.
141. Sobre as Festas do Concelho de 2016, apresenta um voto de apreço à Câmara Municipal e aos colaboradores municipais, pelo empenho e dedicação, pois considera que deram uma grande festa e mostraram que é possível fazer muito bom cá em Vendas Novas, destacando também o Vereador Joaquim Soeiro que foi incansável nas referidas festividades.
142. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece as notas do Membro Luís Matias e o seu louvor e refere que nas festas do concelho todos vestiram a camisola e trabalharam em equipa e é assim que deve ser.
143. Em relação ao Conselho Municipal de Juventude, informa que o mesmo deve reunir duas vezes por ano, uma reunião sobre as contas do ano anterior e outra sobre o orçamento do ano seguinte, tendo o executivo considerado que esta seria a forma mais razoável de ouvir os jovens.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

144. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
145. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 45 minutos, do dia 30 de setembro de 2016.

A Presidente da Assembleia: _____

A 1.ª Secretária: _____

Anexos

Voto de Louvor

Vendas Novas celebra mais um ano de independência e desenvolvimento

Celebrou-se no passado dia 7 de Setembro mais um ano de independência e desenvolvimento do concelho de Vendas Novas. Fruto de muitos anos de luta e resistência, naquele dia de 1962 os anseios e esperanças do povo da freguesia de Vendas Novas tiveram, finalmente, a consequência há muito desejada.

Pelas ruas não tardou a que se rompesse um ambiente de festa e comemoração que se prolongou por vários dias e, por fim, havia um concelho de Vendas Novas.

Aquele foi o passo há muito aguardado para que as gentes da nossa terra pudessem ter garantia que Vendas Novas se iria desenvolver, com a certeza de que tínhamos nas nossas mãos o nosso próprio futuro.

Nestes últimos cinquenta e quatro anos muitas foram as dificuldades que o concelho foi enfrentando, e foi preciso esperar até ao dia 25 de abril de 1974 para que, por fim, o verdadeiro poder local fosse atribuído às novas instituições autárquicas e democráticas de Vendas Novas.

Não se poderá olhar para o passado e para todo o desenvolvimento do nosso concelho sem louvar o trabalho daqueles que, até e após 1962, se empenharam em trabalhar em prol da nossa terra. Neste louvor há que homenagear todos esses cidadãos, empresários, trabalhadores e autarcas que sempre tiveram como principal empenho o desenvolvimento de Vendas Novas.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 30 de Setembro de 2016, presta mais uma justa homenagem a todos os obreiros do concelho de Vendas Novas, a todos aqueles que nunca desistiram de lutar pela independência da nossa terra e a todos aqueles que incansavelmente trabalharam e trabalham pelo nosso futuro.

Vendas Novas, 30 de setembro de 2016

A Bancada Do Partido Socialista na Assembleia Municipal


Valentim Abel
Herculino
Filipe
Hugo
Paulo Rêgo
Joaquim
Mário